

## NOTA PÚBLICA

Na manhã desta segunda-feira, 4 de outubro de 2021, o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura teve seus trabalhos inviabilizados pela falta de absolutamente todos os 11 membros governamentais que o compõem. Presentes mais da metade dos membros da sociedade civil, tudo o que puderam encaminhar foi um pedido de reunião na próxima quinta, 7 de outubro, e um pedido de convocação reiterada e pessoal aos membros governamentais. Mais do que um sinal de grave desrespeito aos trabalhos do órgão nacional de planejamento da prevenção e combate à tortura, a ausência dos membros do governo nesse momento é simbólica pois coloca em risco a continuidade dos trabalhos do Comitê, vez que o mandato das/os atuais membros/as acaba na próxima sexta, dia 8, e uma sequência de editais contendo ilegalidades publicados pelo MDH, conforme reconhecido nas ações 1060282-69.2021.4.01.3400 e 5017668-89.2021.4.02.5101, ainda não foi capaz de escolher e dar posse aos novos membros do biênio que deveria iniciar em 8 de outubro. Assim, caso o Comitê não possa se reunir nesta quinta para solucionar sua própria sobrevivência, no sábado, vencido o mandato do biênio atual das entidades de sociedade civil, os trabalhos do órgão estarão, mais uma vez, oficialmente interrompidos. Infelizmente, isso não é novidade, pois em 2019 o MDH já havia demorado 9 meses para dar posse aos membros e existência formal ao CNPCT. Tantas outras reuniões implodidas ilegalmente pela Ministra Damares e o Decreto Presidencial 9.831/2019 que tentou acabar com o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e enfraquecer o CNPCT mostram a postura de apoio à tortura deste governo desde a posse presidencial.

Enquanto pessoas idosas que vivem em ILPIs, pessoas que sofrem de transtorno mental e encontram-se em Comunidades Terapêuticas e Hospitais Psiquiátricos, adolescentes internados, adultos encarcerados sofrem com torturas e outros tratamento desumanos e degradantes, o governo federal faz de tudo para impedir o funcionamento do órgão responsável por debater esta temática nesta República.

Assinam:

1. ANADEP – Associação Nacional de Defensores e Defensoras Pública
2. Assessoria Popular Maria Felipa
3. Rede de Proteção e Resistência Contra o Genocídio

4. Associação de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade
5. Instituto Terra, Trabalho e Cidadania - ITTC
6. Conselho Federal de Serviço Social - CFESS
7. Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares - GAJOP
8. Agenda Nacional pelo Desencarceramento
9. Conectas Direitos Humanos
10. Educafro
11. justiça global
12. COADE
13. Instituto de Estudos da Religião - ISER
14. Amparar
15. Núcleo Especializado de Situação Carcerária da Defensoria Pública do Estado de São Paulo
16. Pastoral Carcerária Nacional
17. Rede Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo do Estado
18. Movimento Candelária Nunca Mais
19. Nudispp -Núcleo de Pesquisa sobre Estudo e Pesquisa sobre Direitos e Políticas Públicas
20. NÚCLEO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DA DPGE RJ
21. Antra - Associação nacional de travestis e transexuais
22. Frente estadual pelo desencarceramento Ceará
23. Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de SP
24. Pastoral da Educação do Regional Sul1 da CNBB
25. Instituto Sou da Paz assina
26. Pastoral Fé e Política da Arquidiocese de São Paulo
27. Frente pelo desencarceramento de PE
28. UNEAFRO BRASIL
29. ICP - Instituto de Ciências Criminais
30. Associação de familiares de vítimas do Estado do Espírito santo
31. Programa Pólos de Cidadania da UFMG
32. IBCCRIM
33. Artigo 19
34. Instituto Amendoejas
35. Casa Cristo do Bem
36. Rede Justiça Criminal

37. Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo
38. Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos de Minas Gerais
39. NAPA VE e a EQUIPE CLÍNICO POLÍTICA RJ
40. Fórum Grita Baixada
41. Frente estadual pelo Desencarceramento Piau
42. Pastoral Carcerária Regional Oeste 2
43. Frente Estadual Pelo desencarceramento do Rio de Janeiro
44. Coletivo de mães e familiares de pessoas privadas de liberdade Rondônia
45. Frente pelo Desencarceramento de Rondônia
46. Associação Juizes para a Democracia - AJD
47. Instituto de Defesa do Direito de Defesa - IDDD
48. Frente Estadual Pelo desencarceramento da Paraíba
49. Movimento Mães de Acari
50. Comitê Chico Mendes
51. Grupo Prerrogativas
52. Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT - UFMG
53. APAC DE INHAPIM
54. Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares no Rio Grande do Norte - RENAP/RN
55. Instituto de Pesquisas e Estudos em Justiça e Cidadania - IPEJUC
56. Observatório da Justiça e Cidadania do Rio Grande do Norte - OJC/RN
57. Centro de Referência em Direitos Humanos do Semiárido - CRDH/UFERSA
58. Escritório Popular da UFRN
59. Escritório Popular Paulo Freire da UFERSA
60. Movimento Mães de Maio do Cerrado
61. Movimento Negro Unificado de Sergipe
62. Instituto Memória e Resistência direitos humanos educação e cultura Pedro do Nascimento Silva
63. Comissão de Direito Socioeducativo da OAB/RJ e Conselho Estadual de Direitos das Crianças e Adolescentes- CEDCA/RJ
64. Frente Estadual Pelo desencarceramento do Espírito Santo
65. Movimento Moleque
66. Frente Estadual Pelo desencarceramento de Salvador
67. Frente Estadual Pelo desencarceramento do Acre

68. Frente Estadual Pelo desencarceramento de Goiás
69. Marias Solidárias AM
70. Coletivo Familiares e Amigos de Presos e Presas
71. Juventude Manifesta Amazonas
72. A Rede de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional - RAESP RJ
73. Frente Estadual Pelo desencarceramento do Rio Grande do norte
74. Coletivo de Mães e Familiares de Pessoas Privadas de Liberdade do Rio Grande do Norte
75. Núcleo de Mães vítimas de violência
76. Movimento de Mães da Amar
77. Coletivo Mães de Brumado Salvado
78. Movimento D'ELLAS
79. Mães da Dor
80. Grupo de Mulheres Bordadeiras da Coroa
81. Coletivo de Mães de Manaus
82. Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos GENI/UFF
83. Núcleo de Pesquisa Urbana CIDADES/UERJ
84. Associação de Mães e Amigos da Criança e Adolescente em Risco Amar RJ
85. AFAPERJ- Associação dos familiares e amigos dos presos e egressos do Estado RJ
86. Eu Sou Eu- A Ferrugem
87. AMUGUE ASSOCIAÇÃO DE MULHERES GUERREIRAS
88. NAJUP Luiza Mahin
89. Coletiva Banzeiro Feminista
90. Mães de Manguinhos
91. Frente Estadual pelo Desencarceramento de Minas Gerais
92. Frente Estadual Pelo Desencarceramento do Amazonas
93. Juventude Manifesta Amazonas
94. Marias Solidárias AM
95. Coletivo Familiares e Amigos de Presos e Presas do Amazonas
96. Associação Humaniza Coletivo Feminista
97. RUA JUVENTUDE ANTICAPITALISTA
98. Pastoral Carcerária Arquidiocese de Manaus
99. APAC Perdões/MG
100. Apac - Macau

101. Ação dos Cristãos para Abolição da Tortura - ACAT Brasil
102. Assessoria Jurídica Universitária Popular (AJUP-UFMG)
103. Diretório central dos estudantes livre da UESPI
104. Grupo Teoria Crítica e Constitucionalismo - UFMG
105. APAC Itabirito
106. Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo
107. Movimento de familiares e amigos de pessoas privadas da liberdade do Estado do Rio grande do Sul
108. Movimento de pessoas em situação de rua em Sergipe
109. Centro de Direitos Humanos de Sapopemba
110. Apac Barracão/Pr
111. APAC-Betim
112. Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil
113. FENAPSI - FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PSICÓLOGOS
114. Apac de Alfenas/MG
115. APAC Feminina de Frutal
116. Coletivo Casa Marielle Franco Minas Gerais
117. InfoCadeia-AM (Universidade Federal do Amazonas)
118. COFEN Conselho Federal de Enfermagem
119. Frente Estadual Pelo Desencarceramento de São Paulo
120. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DE SEGURIDADE SOCIAL
121. Terra de Direitos
122. CULTHIS: espaço de atenção psicossocial à pessoa presa, ao sobrevivente do cárcere e familiares
123. Coletivo de egressas do sistema prisional Mulheres Arteiras Sergipe
124. CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TEÓFILO OTONI
125. APAC SALINAS MG
126. Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ)
127. Coalizão pela Socioeducação
128. Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos

